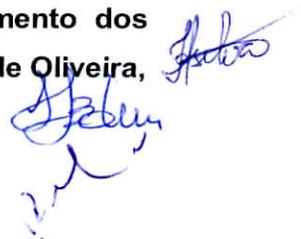


1 **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO DE 2015.**  
3

4 Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no Auditório da  
5 Amapá Previdência – AMPREV, situado à Rua Binga Uchôa, número dez, Centro,  
6 Macapá-AP, às dezesseis horas e trinta minutos, teve início a quinta reunião ordinária  
7 do Conselho Estadual de Previdência, na direção do Presidente, senhor **ARNALDO**  
8 **SANTOS FILHO**, que cumprimentou os Conselheiros Titulares e Suplentes e demais  
9 presentes. Em seguida, apresentou o **ITEM 1 da PAUTA - LEITURA DO EDITAL**  
10 número zero oito de dois mil e quinze, o qual convoca os membros do Conselho  
11 Estadual de Previdência, Diretoria Executiva, Gerente Administrativo e Financeiro e  
12 Procuradoria Jurídica da AMPREV; para fazerem-se presentes nesta sessão. **ITEM 2**  
13 **– VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os membros Titulares e  
14 Suplentes do Conselho Estadual de Previdência na seguinte ordem: **WELINGTON DE**  
15 **CARVALHO CAMPOS**, presente; **ANTÔNIO PINHEIRO TELES JÚNIOR**, ausente;  
16 **JOSENILDO SANTOS ABRANTES**, ausente; **CARLOS AUGUSTO TORK DE**  
17 **OLIVEIRA**, ausente representado pela Suplente **KEILA CHRISTINE BANHA**  
18 **BASTOS UTZIG**; **MICHEL HOUAT HARB**, ausente; **PAULO DE SANTANA VAZ**,  
19 presente; **VINICIUS MENDONÇA CARVALHO**, presente; **IVONETE FERREIRA DA**  
20 **SILVA**, presente; **EDSON FRANÇA**, presente; **HELIELSON DO AMARAL**  
21 **MACHADO**, ausente; **HEMERSON DE SOUZA DIAS**, presente; **JOSÉ PAIXÃO**  
22 **MOREIRA MARTINS**, ausente; **FRANCISCO ICLENOR BEZERRA DE OLIVEIRA**,  
23 presente; **TIAGO PINTO MARQUES**, ausente representado pela Suplente **XIRLENE**  
24 **DO SOCORRO DA COSTA**; **FERNANDO CÉZAR PEREIRA DA SILVA**, ausente  
25 representado pelo Suplente **LUIZ CARLOS DA COSTA PESSOA**. **ITEM 3 - LEITURA**  
26 **DAS JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS**: Antônio Pinheiro Teles Júnior está em  
27 evento do Governo do Estado do Amapá, Tork está no itinerante do TJAP, Helielson  
28 do Amaral Machado está se recuperando de uma cirurgia e Tiago Pinto Marques  
29 ausente por problemas de saúde. **ITEM 4 – Informações sobre o Processo de**  
30 **Legalização dos Imóveis pertencentes a AMPREV e reforma do prédio da DIBEF.**  
31 O Presidente informou que este item ficou prejudicado pelo fato do conselheiro Tork,  
32 que é o coordenador desse grupo de trabalho, não estar presente e nada passou a  
33 sua suplente e, portanto, **deliberou-se pela retirada de pauta do item 4.** O  
34 Presidente pediu a inversão de pauta para o item 10, a respeito do requerimento dos  
35 conselheiros Marlúcio e Iclenor sobre as diárias. **ITEM 10 - Requerimento dos**  
36 **Conselheiros Marlúcio de Almeida Sousa e Francisco Iclenor Bezerra de Oliveira,**



37 **a respeito de diárias.** O conselheiro Marlúcio agradeceu a todos o convite e fez a  
38 leitura do requerimento, o qual solicita, como forma de capacitar os conselheiros  
39 fiscais, membros do CEP, do Comitê de Investimento e demais colaboradores da  
40 AMPREV, que promova parceria com os bancos com os quais temos recursos e a  
41 contrapartida para capacitar o CPA10 e outras questões previdenciárias e que  
42 economizarão com passagens e diárias atingindo um maior número de conselheiros e  
43 colaboradores. Tal pedido se faz necessário para terem um Conselho qualificado e  
44 preparado para desempenhar suas atribuições. Disse que tomou conhecimento de que  
45 o Conselheiro Hemerson iria viajar e verificou-se que suas diárias teriam um valor  
46 bastante alto. Ele disse que tem o intuito de frear esse grande número de diárias, pois  
47 a cada ano que passa esse gasto só aumenta, em 2009 foi de cento e trinta e cinco  
48 mil, depois passou pra duzentos e cinquenta e oito mil, depois, em 2012 foi duzentos e  
49 setenta e dois mil, em 2013 passou pra quatrocentos mil reais. E disse que está para  
50 fiscalizar. Ele questionou sobre o déficit atuarial de dezessete bilhões da AMPREV.  
51 Em seguida, o Presidente informou que dia 02/07/2015 terá uma extraordinária, na  
52 qual estará vindo a atuária do banco do brasil para prestar esclarecimentos sobre o  
53 último cálculo atuarial, cálculo este que é do ano passado e que já tinha sido feito, e  
54 que já tinha que ter sido trazida ao Conselho para analisar. Em seguida, o conselheiro  
55 Paulo Vaz perguntou ao Marlúcio se estão fazendo auditoria desde 2010 até 2014, no  
56 Conselho Fiscal. Marlúcio falou que estão pedindo uma auditoria de 2008 a 2013.  
57 Logo mais, o Presidente falou que estão sendo criteriosos com relação a concessão  
58 de viagens e diárias, sendo que os cursos são necessários para capacitação dos  
59 conselheiros. Depois, o conselheiro Iclenor falou não poderia ter citado o nome do  
60 Hemerson no requerimento, porém era o caso que estava latente no momento. E  
61 disse, que depois da ida ao encontro da ABIPEM, ele entendeu que seria necessário  
62 fazer a viagem, pois trazem conhecimento para instituição. Disse que errou no fato de  
63 ter colocado o nome do conselheiro Hemerson no requerimento e solicitou que haja  
64 eventos no Estado para se capacitarem. O conselheiro Hemerson respondeu a  
65 respeito da citação do seu nome no requerimento, falando que em nenhum momento  
66 solicitou capacitação nenhuma e disse que a Portaria 519 do Ministério da Previdência  
67 normatiza que o membro do Comitê de Investimento (CIAP) tenha capacitação e  
68 registro do CPA10 para poder atuar no mercado de investimento, ou seja, isto é um  
69 requisito primordial para quem é membro desse Comitê e que tem prazo de 180 dias  
70 para se certificar. E sobre o curso da MACAPAPREV, disse que pegou o panfleto e  
71 disse que o conteúdo não conciliava em nada com o do CPA10, além de ter reunião  
72 do CIAP no mesmo período do curso e que por isso não participou. Ele pediu que o

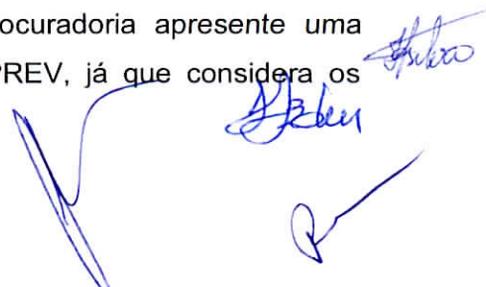
73 Conselho Fiscal encaminhasse, primeiramente, um documento ao Conselho de  
74 Previdência, com a razoabilidade de demonstrar a ilegalidade do ato para assim  
75 depois questionar. Em seguida, o conselheiro Paulo Vaz informou que também faz  
76 parte do Comitê de Investimento e que não tem o curso de CPA10, que tem prazo  
77 para se qualificar e que a deliberação do Hemerson não foi por conta dele e sim o  
78 Comitê de Investimento que deliberou essa viagem. Falou ao conselheiro Marlúcio,  
79 que se tiver alguma irregularidade, que passe ao Conselho para ser apurada. **ITEM 5 -**  
80 **Relatório dos Benefícios da Aposentadoria, Pensão, Auxílio Doença e Salário**  
81 **Maternidade concedidos pela Amapá Previdência – AMPREV - (DIBEF).** Este item  
82 foi apresentado juntamente com o relatório da DIBEM pela Tenente Sônia. **ITEM 6 -**  
83 **Relatório dos Benefícios da Aposentadoria, Pensão, Auxílio Doença e Salário**  
84 **Maternidade concedidos pela Amapá Previdência – AMPREV - (DIBEM).** Tenente  
85 Sônia saudou a todos e disse que irá fazer a apresentação do relatório do  
86 demonstrativo de despesas tanto da DIBEF quanto da DIBEM, que a apresentação do  
87 da DIBEF é em virtude da solicitação do atual diretor Edinaldo. Sônia informou que os  
88 dados apresentados estão disponíveis nos notebooks dos conselheiros. Ela  
89 apresentou o demonstrativo de despesa do mês de abril a junho de 2015, no plano  
90 financeiro e previdenciário da DIBEF. Com relação a DIBEM, apresentou o  
91 demonstrativo de despesa de abril a junho de 2015, no plano financeiro e  
92 previdenciário, sanando todas as dúvidas correntes. **ITEM 7 - Apresentação do**  
93 **Relatório da Dívida Previdenciária dos Poderes Executivo, Legislativo e**  
94 **Judiciário, inclusive Ministério Público, Tribunal de Contas, Autarquias e**  
95 **Fundações Públicas, relativo às contribuições ordinárias e parcelamentos, bem**  
96 **como os procedimentos de cobranças adotados pela Diretoria Executiva.** O  
97 Presidente informou que Diretora Financeira Francicleide Marinho irá fazer a  
98 apresentação desse item e ela disse que está disponível as planilhas dos relatório de  
99 cada poder nos notebooks dos conselheiros. Em seguida, fez a explanação do  
100 relatório da dívida dos poderes: saldo devedor, previsão mensal de receita, receita  
101 arrecada e saldo devedor dos poderes; o demonstrativo de parcelamentos do Poder  
102 Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Em seguida, o conselheiro Vinicius  
103 pediu que registrasse sua presença, as dezessete horas e cinquenta e cinco minutos.  
104 Em seguida a conselheira Keila Utzig perguntou sobre o parcelamento do executivo,  
105 disse que é suplente e tem uns dois meses que não vai as reuniões, questionou como  
106 ficou a questão, se continua sem acordo homologado pelo Ministério da Previdência.  
107 O Presidente respondeu que não foi homologado, que houve da parte do conselheiro  
108 Josenildo, primeiramente, de apresentar uma proposta e o próprio Conselho pediu que

109 ele desse o detalhamento, e a partir daí foi criado um grupo de trabalho, inclusive que  
110 foi lá pra dentro da Secretaria, para contribuir na questão do levantamento das  
111 informações. Disse ainda, que os membros do Conselho foram indicados para compor  
112 esse grupo e há o pensamento de que o Governo do Estado vai apresentar uma  
113 proposta de negociação desse débito. Keila perguntou se foi fixado prazo. E  
114 Francicleide respondeu que foi de 60 (sessenta) dias. O Conselheiro Paulo Vaz  
115 acrescentou que o Governo até agora não apareceu para dar uma posição. Em  
116 seguida, o Presidente informou que, na vinda do conselheiro Josenildo, a proposição  
117 dele é a seguinte: por conta de não ter sido homologado haveria interesse de realizar  
118 novo acordo. Disse que, inclusive foram lá com o Dr. Nardo, que conversaram com ele  
119 em janeiro e que estes valores que foram pagos, porque mesmo não terem sido  
120 homologados, o Estado pagou e portanto, veio uma quantia considerável. Então disse  
121 que a proposta era aproveitar esses créditos, dos valores que foram pagos, pra quitar  
122 parte do segurado que não parcela e pra parcelar o restante nas mesmas quantidades  
123 de parcelas que eram previstas nas respectivas épocas. Disse que o que era pra  
124 parcelar em 240, seria 240, e o que pra parcelar de 60, seria 60. Disse ainda, que o  
125 Conselho propôs o seguinte, que fosse detalhado a origem desses débitos, quais são  
126 os pedidos de gestão de cada débito, quais são os valores de cada parcelamento não  
127 cumprido. Então por isso formou-se esse grupo, e disse que queria que a Francicleide  
128 que estava conduzindo esse grupo juntamente com o Carlos, pudesse falar a respeito  
129 de qual o posicionamento ficou por lá, porque depois do grupo formado só de técnicos  
130 da AMPREV, houve um pedido do Conselho para incluir pessoas do Conselho  
131 também, para acompanhar isso e perguntou a Francicleide como ficou o último  
132 trabalho, contato com a SEFAZ. Francicleide respondeu que apresentaram o relatório  
133 a respeito desse levantamento da dívida, dando encaminhamento ao Secretário e o  
134 Eduardo, que é a pessoa que recebem eles lá na Receita, ficou de repassar isso para  
135 o Secretário, que este então entraria em contato com o Presidente para se discutir a  
136 respeito do montante que foi levantado. A conselheira Keila perguntou quando foi essa  
137 reunião. Francicleide respondeu que acredita que já faz mais ou menos um mês. Em  
138 seguida, o conselheiro Paulo Vaz pediu que fizesse a publicação dessa dívida, não só  
139 no site da AMPREV, mas nos jornais de circulação do Estado e disse que o servidor  
140 precisa saber disso. E ainda perguntou quais as medidas que estão sendo tomadas e  
141 o Presidente respondeu que encaminham mensalmente aos poderes que estão em  
142 débito, os valores da dívida e solicitam o pagamento, porém sem repostas dos  
143 mesmos. Em seguida, a conselheira Keila disse que ela se lembra que no ano  
144 passado foi deliberado, que não lembra a reunião se foi outubro ou novembro, e o

145 Presidente disse que foi novembro. E ela prosseguiu dizendo que foi deliberado que,  
146 caso não houvesse o acordo, a AMPREV entraria com uma ação de cobrança contra  
147 todos que estivessem devendo e disse que isso foi decidido no final do ano passado.  
148 Disse ainda, que a última reunião que se discutiu o acordo do executivo foi com  
149 relação ao bloqueio do banco do Brasil, porque se imaginava e ninguém informou ao  
150 Conselho de que o acordo não havia sido homologado. Então, havendo o acordo,  
151 tinha como uma de suas cláusulas o bloqueio do valor diretamente na conta do  
152 executivo. Agora se não tem acordo, não deveriam estar discutindo, pois o que há é  
153 um débito. Em seguida, o Presidente disse que foi uma surpresa para o Conselho e  
154 para próprio Estado, pois se pensava que havia acordo. Disse que foi oportunizado ao  
155 Secretário que apresentasse uma proposta e que cabe, então, convocar pra vir ao  
156 Conselho e apresentar essa proposta para que se possa discutir aqui. Em seguida, a  
157 conselheira Keila sugeriu que fixe um prazo máximo, e caso não apresente proposta,  
158 entrar com uma ação cobrando. Logo em seguida, o conselheiro Paulo Vaz sugeriu  
159 que fosse enviada uma comunicação ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e ao  
160 Ministério da Previdência. A diretora Francicleide informou que todo mês eles  
161 encaminham ao Ministério da Previdência todos os poderes que devem, desde o ano  
162 passado. Em seguida, o Presidente informou que foi na terceira reunião ordinária do  
163 CEP que foi criada essa comissão da dívida. Ele sugeriu como proposta que na  
164 próxima reunião do Conselho, seria a oportunidade para que o Estado viesse  
165 apresentar seu posicionamento a respeito dessa dívida, assim como a Assembleia.  
166 Informou que, quem assumiu o compromisso de apresentar a proposta foi só o  
167 Executivo e que o Legislativo não assumiu esse compromisso. Disse que já mandou  
168 documento pedindo agendamento com o Presidente da Assembleia, que está sendo  
169 complicado, pois nada recebeu de resposta. Em seguida, propôs que na próxima  
170 reunião ordinária do Conselho vão convocar o Executivo para vir se posicionar a  
171 respeito disso. E em relação ao Legislativo, propôs que o mesmo viesse até o  
172 Conselho, que os membros representantes deles participassem da reunião. Informou  
173 que todo mês tem notificado os débitos aos órgãos, inclusive mandando copia para o  
174 promotor, porém sem resposta, sendo confirmado pela Francicleide essa fala do  
175 Presidente. Então, **sendo aprovado por unanimidade, ficou deliberado que**  
176 **expedirão dois documentos, um para o Poder Executivo e outro para o**  
177 **Legislativo, informando que eles tem o prazo de até a próxima reunião ordinária**  
178 **do Conselho para apresentar uma proposta de acordo em relação ao débito**  
179 **previdenciário, sob pena de ajuizamento de uma ação.** **ITEM 8 - Apresentação do**  
180 **demonstrativo de Investimentos da Amapá Previdência-AMPREV do mês de**

181 **Março e Abril de 2015.** Este item foi retirado de pauta pela ausência do responsável,  
182 o senhor Carlos e por não haver quórum para aprovação, no qual deveria ter pelo  
183 menos dez membros. **ITEM 9 - Escolha de relatoria dos Processos nº**  
184 **2013.243.1201158PA, 2013.243.1201160PA, 2013.243.1201161PA,**  
185 **2013.243.1201162PA, 2014.243.602281PA, 2013.243.1201164PA,**  
186 **2013.243.1201165PA, encaminhados pelo Conselho Fiscal.** O Presidente iniciou o  
187 sorteio pelo Processo nº 2013.243.1201158PA, referente ao demonstrativo de  
188 investimento de janeiro de 2013, sendo sorteado o conselheiro Antônio Pinheiro Teles  
189 Junior pra relatar. o Processo nº 2013.243.1201160PA referente ao demonstrativo de  
190 investimento de fevereiro de 2013 como relator o conselheiro Tiago Pinto Marques; o  
191 Processo nº 2013.243.1201161PA referente ao demonstrativo de investimento de  
192 março de 2013 como relatora a conselheira Ivonete Ferreira da Silva; o Processo nº  
193 2013.243.1201162PA referente ao demonstrativo de investimento de abril de 2013  
194 como relator o conselheiro Helielson do Amaral Machado; o Processo nº  
195 2014.243.602281PA referente ao demonstrativo de investimento de maio de 2013  
196 como relator o conselheiro Josenildo Santos Abrantes; O Processo nº  
197 2013.243.1201164PA referente ao demonstrativo de investimento de junho de 2013  
198 como relator o conselheiro Francisco Iclenor Bezerra de Oliveira; O Processo nº  
199 2013.243.1201165PA referente ao demonstrativo de investimento de julho de 2013  
200 como relator o conselheiro José Paixão Moreira Martins. **ITEM 11 - Curso de**  
201 **Preparação para CPA10 promovida pela Macapaprev, nos dias 8, 9 e 10/07/2015,**  
202 **disponibilizando vagas para o Conselho Estadual de Previdência.** O Presidente  
203 informou que a AMPREV tem pretensões sim, de fazer evento pra cá. Ele disse que  
204 vão fazer uma programação de eventos em Macapá e que tem uma parceria com a  
205 MACAPAPREV e a qual está promovendo um evento nos dia 8, 9 e 10 de julho, na  
206 EAP e disponibilizou para participação dos conselheiros, sendo 10 (dez) vagas para o  
207 Conselho e quem desejar participar do evento, que procurem o senhor Lamarão. **ITEM**  
208 **12 - Comunicação da Presidência.** O Presidente informou que o conselheiro  
209 Marlúcio pediu a contratação de auditoria independente para dar informações a  
210 respeito dos exercícios anteriores, de 2008 até 2013 e disse que o conselheiro  
211 Fernando o abordou a respeito desse assunto e pediu que comunicasse que o art.  
212 107, da Lei 915, inciso V, dispõe sobre o pedido de auditoria, mas primeiramente que  
213 o Conselho Fiscal deve comunicar ao Conselho Estadual se houver irregularidades a  
214 sugerirem medidas e que o primeiro caminho não seria a contratação de auditoria e  
215 sim trazer as irregularidades ao conhecimento do Conselho. Segundo, disse o  
216 Presidente que o pedido de auditoria sem justificativa e sem apreciação do Conselho

217 de Previdência não deve prosperar, em função de esbarrar em entendimento legal.  
218 Terceiro, ele falou que o pedido de auditoria, caso haja, deve haver a citação da  
219 irregularidade constatada e de igual modo, também, se as contas da AMPREV foram  
220 ou não aprovadas pelo Tribunal de Contas. Em quarto, ele disse que o desempenho  
221 da AMPREV, os investimentos, a atuação da AMPREV nas várias frentes,  
222 especialmente na questão do investimento, estaria sujeita a fiscalização do Ministério  
223 Público, do Banco Central, da Controladoria de Contas e do acompanhamento pelo  
224 próprio Conselho Fiscal, emitindo assim um relatório comunicando a existência de  
225 irregularidade de qualquer gestor. O Presidente continuou falando que segundo esse  
226 entendimento haveria esse óbice legal para a contratação de auditoria independente  
227 sem que eventuais irregularidades tenham sido discutidas no âmbito desse colegiado.  
228 A diretora Francicleide falou ao Presidente que o Tribunal de Contas já atualizou as  
229 contas até 2012, ou seja, analisadas. Disse ainda, que poderia trazer um levantamento  
230 de informações financeiras de quanto custaria a AMPREV essa contratação. Em  
231 seguida a conselheira Keila sugeriu para oficiar o Tribunal de Contas para saber até  
232 que ano foi analisado e até que ano foi homologado. Depois, o conselheiro Iclenor  
233 sugeriu que as contas que não tivessem sido analisadas e homologadas fosse  
234 contratada uma auditoria independente, através de licitação. Assim, **ficou deliberado**  
235 **para que se oficie o Tribunal de Contas solicitando informações sobre até qual**  
236 **exercício foi analisado as contas da AMPREV e o encaminhamento de um**  
237 **relatório desse pedido.** Depois, o Presidente fez outro comunicado sobre as atas que  
238 estão pendentes, justificando que foi devido a mudança de secretária do Conselho,  
239 mas que já tem duas atas prontas para aprovação na próxima reunião e pediu que  
240 todos analisassem, dizendo que vai mandar com antecedência por e-mail, para já  
241 aprovar na próxima reunião ordinária. Informou ainda, que receberam um ofício do  
242 Sindicato dos Servidores Públicos em Educação – SINSEPEAP, através do qual  
243 solicita uma audiência com o Conselho da Amapá Previdência e os membros da mesa  
244 de negociação do SINSEPEAP, com o fim de tratar de assuntos relacionados ao  
245 reajuste salarial para aposentados e pensionistas. Diante disso, informou que não está  
246 na órbita de competência do Conselho deliberar sobre o assunto, e passou a palavra  
247 para os conselheiros que desejarem falar. Em seguida, o conselheiro Iclenor sugeriu  
248 que houvesse duas reuniões mensais do CEP. E o Presidente aconselhou que com o  
249 encaminhamento do Projeto de Lei, já estabelecesse essa periodicidade das reuniões  
250 com jetons, inclusive, para melhor justificar a vinda dos conselheiros nas reuniões. Em  
251 seguida, o conselheiro Iclenor solicitou para que a Procuradoria apresente uma  
252 proposta de aumento salarial para os diretores da AMPREV, já que considera os



253 valores muitos baixos e uma responsabilidade muito grande. Em seguida, o Presidente  
254 disse que é um aumento que vem via Governo do Estado. Disse ainda, que o salário  
255 do Presidente foi ajustado em 2007, por uma lei que estendeu para os ocupantes de  
256 cargo CDS4, adjunto e outros, sendo que o Presidente da época forçou e entrou,  
257 senão estaria em dois mil e novecentos reais até hoje. Sugeriu que deve ser uma  
258 questão analisada pelo jurídico da AMPREV, para evitar qualquer tipo de medida que  
259 seja declarada ilegal. Em seguida, o Presidente informou que a estratégia deles tem  
260 sido de comprar passagens com antecedência, que si mais barato e que, se alguém  
261 tiver interesse de participar do evento, que será nos dias 14 e 15 de julho, e pediu que  
262 até no outro dia ou segunda-feira, se apresentassem ao Lamarão, chefe de gabinete,  
263 o interesse de participar. Em seguida, o conselheiro Iclenor informou que no dia 16  
264 haverá a visita a Rio Previdência. **ITEM 13 - Comunicação dos Conselheiros.** O  
265 conselheiro Iclenor informou que vai haver o 9º congresso Estadual de Previdência da  
266 AEPREMERJ, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro e solicitou, através de  
267 um requerimento seu, que o Presidente colocasse a disposição dos conselheiros, de  
268 quem quisesse participar a inscrição nesse congresso, pois acha muito importante e  
269 juntamente encaminhou outro requerimento o qual solicita a autorização para que os  
270 conselheiros que vão participar desse congresso visitem a Rio Previdência,  
271 considerados um dos doze melhores institutos. Em seguida a conselheira perguntou  
272 sobre a lei transformando em autarquia, dos planos de cargos e carreiras, de como  
273 está a situação. Logo mais, o Presidente chamou a Procuradora da AMPREV para dar  
274 esses esclarecimentos e ela informou que o Projeto de Lei está quase terminando, que  
275 está em 80% (oitenta por cento), sendo feito uma última avaliação, considerando o  
276 relatório feito pela conselheira Carla e que está dentro do prazo concedido de 60  
277 (sessenta) dias e não está vencido, ficando pronto para próxima reunião ordinária de  
278 agosto e que antes desse período encaminhará para os e-mails de todos conselheiros.  
279 **ITEM 14 – O que ocorrer.** Não houve nada a tratar neste item. Não havendo mais  
280 nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a participação de todos, e  
281 encerrou a reunião às 18h47min, da qual eu, Joanne Dias Quintas, Secretária, lavrei a  
282 presente ata, que será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim própria.  
283 Macapá-AP, 25 de junho de 2015.

284

285 **Arnaldo Santos Filho:** \_\_\_\_\_  
286 Presidente do Conselho.

287

288 **Welington de Carvalho Campos:** \_\_\_\_\_  
289 Membro Titular, representante do Poder Executivo.

- 290  
291 **Keila Christine Banha Bastos Utzig:**   
292 Membro Suplente, representante do Tribunal de Justiça.  
293  
294 **Paulo de Santana Vaz:**   
295 Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.  
296  
297 **Vinicius Mendonça Carvalho:**  
298 Membro Titular, representante do Ministério Público.  
299  
300 **Ivonete Ferreira da Silva:**   
301 Membro Titular, representante dos servidores Cívis Ativos.  
302  
303 **Edson França:**  
304 Membro Titular, representante dos servidores Cívis Inativos.  
305  
306 **Hemerson de Souza Dias:**   
307 Membro Titular, representante dos Militares Inativos.  
308  
309 **Francisco Iclenor Bezerra de Oliveira:**   
310 Membro Titular, representante dos servidores da Assembleia Legislativa.  
311  
312 **Xirlene do Socorro Costa:**  
313 Membro Suplente, representante dos servidores do Tribunal de Contas.  
314  
315 **Luiz Carlos da costa Pessoa:**  
316 Membro Suplente, representante dos servidores do Ministério Público.  
317  
318 **Joanne Dias Quintas:**   
319 Secretária do CEP/AMPREV